

FH e Campos Sales

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Em 1975 o presidente Fernando Henrique dedicou-se, em ensaio brilhante, à análise da maturação do acerto político, negociado por Campos Sales, que possibilitou o pacto oligárquico e permitiu a pacificação do País com a consolidação da influência política de São Paulo entre 1898 e 1930. O acordo, caracterizado no artigo como “contra-ataque da burguesia agrário-exportadora”, criou as condições necessárias à implementação de duro programa de estabilização.

Campos Sales tornou-se o presidente que coroou os esforços desenvolvidos, desde 1893, para reduzir a inflação e equacionar os problemas de balanço de pagamentos. Foi sucedido por Rodrigues Alves, cujo quadriênio foi marcado por amplo programa de obras e pelo começo de maciça entrada de capitais estrangeiros que caracterizaria a década de ouro da República Velha até 1912. Seu programa de estabilização foi o único a ter sucesso na história republicana em um quadro político de estrita legalidade constitucional, embora controlada pela oligarquia cafeeira. A outra história de sucesso ocorreu sob o regime militar pós-1964, que reduziu as naturais limitações políticas à implementação de políticas econômicas austeras.

É mais do que provável que, em mais de um momento desde 1993, o presidente Fernando Henrique tenha meditado sobre os contrastes e semelhanças entre o exemplo de Campos Sales e sua própria estratégia na campanha presidencial e depois de presidente. O paralelo com Campos Sales é natural: a ênfase da estabilização como elemento da sua estratégia política e até mesmo a influência dominante na condução da política do seu predecessor. Da mesma forma que Fernando Henrique Cardoso, como ministro da Fazenda de Itamar Franco, criou as condições para o lançamento do Plano Real, Campos Sales participou de cruciais negociações financeiras ainda durante o governo de seu antecessor, Prudente de Moraes.

Consagrada a estratégia no retumbante sucesso eleitoral do primeiro turno das eleições presidenciais de 1994, presumia-se que seu desdobramento fosse, em um primeiro momento, a concentração de recursos políticos na definição e aprovação das reformas estruturais necessárias ao sucesso continuado da estabilização. De tal forma que, com algumas poucas obras, fosse possível colher, de novo, os frutos do sucesso econômico na eleição presidencial de 1998. Certamente havia aí uma dificuldade que decorria do calendário eleitoral, pois as eleições para prefeito certamente gerariam pressões por gastos da parte de elementos importantes da coalizão parlamentar com a qual contava o presidente.

Já no período entre a vitória e a posse, ao final de 1994, houve indicações de que o modelo Campos Sales teria dificuldades de implementação, tendo sido desperdiçado tempo precioso sem que se detalhasse o leque de reformas a aprovar imediatamente, aproveitando-se o estupor no Congresso causado pela acachapante vitória de outubro de 1994. A demora em definir tal programa mínimo – de fato, parte dele está indefinido até hoje – explica por que não foi plenamente aproveitado o período inicial de grande influência do presidente sobre o Congresso Nacional. A resistência parlamentar à mudança, a partir do segundo semestre de 1995, tornou-se importante limitação à ação do governo.

A heterogênea composição inicial da equipe econômica também não refletiu a prioridade que o governo dizia ter a estabilização como objetivo no quadriênio. Houve significativa deterioração das contas públicas em 1995 e boa parte dela deveu-se à incontinência nos gastos. Não há ainda sinais de inversão desta deterioração. Os resultados medíocres de 1995 deverão repetir-se, talvez com modesta melhora, em 1996.

Por outro lado, desde muito cedo, o sucesso eleitoral do presidente estimulou entre seus áulicos mais boquirrotos declarações que enfatizavam a prioridade da mudança de regras constitucionais que viabilizasse a sua reeleição. Tudo indica que a mudança das regras constitucionais terá um preço alto em termos de concessões que, em última instância, afetam o erário. Se o governo for derrotado nas eleições municipais, especialmente em São Paulo, o custo aumentará espetacularmente. Pressões adicionais vinculadas à emenda de reeleição presidencial inviabilizariam a melhora das contas públicas. Parlamentares fisiológicos teriam interesse em protelar a decisão para maximizar o benefício embutido na aritmética política da emenda da reeleição.

A distância em relação a Campos Sales aumenta. No quadro atual, as palavras de seu Manifesto Eleitoral são especialmente oportunas: “A restauração das finanças é a obra ingente que se impõe às preocupações patrióticas do governo da República. Não há, portanto, lugar para os vastos programas de administração, que, aliás, se incompatibilizam radicalmente com a situação do Tesouro, tal como ela se desenha. Considero por isso um dever de lealdade não abrir esperanças, nem contrair compromissos de outra ordem. Muito terá feito pela República o governo que não fizer outra coisa senão cuidar das suas finanças”.

Oswaldo Aranha, em famosa carta a Getúlio Vargas, reportando conversa com Horácio Lafer, que seria o primeiro ministro da Fazenda de Vargas nos anos 50, comentou: “Disse-me [Lafer] que terá de agir, na primeira etapa, como Campos Sales, para pôr ordem nas finanças... para chegar à segunda, a do Rodrigues Alves, de empreendimentos e construções...”. O presidente parece estar tentado a ser Rodrigues Alves, antes de completada a sua tarefa de Campos Sales.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.